

Candidato pobre poderá ter isenção em concursos

A cobrança de taxas para inscrição em concurso público, na administração federal direta ou indireta, não poderá ser superior a 2% da remuneração fixada para a referência inicial do cargo ou emprego objeto da seleção.

A decisão foi tomada pelo Senado ontem, ao aprovar substitutivo a projeto de lei oriundo da Câmara. Pelo projeto aprovado, as pessoas reconhecidas pobres não terão que pagar a taxa.

Nesses casos, o estado de pobreza terá que ser comprovado por declaração do próprio interessado ou de seu procurador. A falsa declaração originará a responsabilidade civil, administrativa e penal do declarante.

Renegociação eleva a safra, garante Jonas Pinheiro

A sanção da lei que securitiza os R\$ 7 bilhões da dívida dos agricultores, na opinião do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), já permite afirmar que a quebra da safra para 1996 alcançará apenas um dígito e não os cerca de 25% estimados. Depois de ter participado ontem da comitiva de parlamentares e produtores presente à cerimônia realizada no Palácio do Planalto, o senador afirmou que os agricultores voltam confiantes ao campo.



Jonas

- Noventa por cento dos 235 mil produtores endividados poderão pagar seus credores ao longo desses sete anos, tendo um ano de carência, como determina a regra geral - afirmou Jonas Pinheiro, que foi apartado pelo senador Romero Jucá (PFL-RR).



As três comissões encarregadas de examinar o projeto Sivam tiveram um dia de trabalho intenso

O CASO SIVAM

Envolvidos acusam montagem nas fitas

Em depoimento no Senado, embaixador e empresário confirmam que vozes são suas, mas garantem que houve mistura de conversas diferentes

O ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos, e o presidente da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assumpção, confirmaram ontem que são suas as vozes contidas na escuta feita pela Polícia Federal nos telefones do embaixador. Os dois, no entanto, afirmaram que a fita foi montada, ou seja, houve mistura de conversas diferentes.

O embaixador e o empresário prestaram depoimentos perante os integrantes das comissões de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, do Senado, que estão trabalhando em conjunto no exame do caso Sivam. Ao comentar um trecho da escuta onde ele conversa com o empresário sobre as dificuldades colocadas pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) para aprovar o financiamento do projeto Sivam, o embaixador Júlio César inocentou o senador. O embaixador garantiu que falou em tom de brincadeira ao questionar o empresário sobre se ele tinha perguntado ao senador Gilberto Miranda "quanto" ele que-

ria.

O empresário disse que Gilberto Miranda, relator do Sivam na Comissão de Economia, nunca pediu nada para aprovar o projeto. Já o embaixador admitiu que viajou para os Estados Unidos, "de carona", em um jatinho do dono da Líder Táxi Aéreo.

No fechamento desta edição, às 23h15, prestava depoimento o delegado da Polícia Federal Mário José Oliveira dos Santos, que solicitou à Justiça a escuta nos telefones do embaixador.

■ Leia mais sobre o Sivam na página 3.

Agripino apóia projeto para o São Francisco

Página 2

Aprovada anistia para sindicalistas

Página 2

Osmar aponta prejuízo com venda de estatal

Página 4

Projeto para semi-árido entusiasma Agripino

Objetivo é ampliar capacidade hídrica do São Francisco, irrigar 500 mil hectares de terras e beneficiar 15 milhões de pessoas no Nordeste

Projeto apresentado ontem à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo presidente da Codevasf, Airson Lócio, com vistas à transformação da economia do semi-árido nordestino, e envolvendo investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões, entusiasmou o senador José Agripino, presidente da comissão. O projeto tem como objetivo ampliar a capacidade hídrica do rio São Francisco e criar condições para implan-

tação de mais 500 mil hectares de terras irrigadas, beneficiando 15 milhões de pessoas.

- Tenho a certeza de que o projeto é viável e o Banco Mundial com certeza irá financiá-lo, por corresponder não só aos interesses do Nordeste, mas de todo o país - afirmou.

Acrescentou José Agripino ter oferecido a parceria da Comissão de Serviços de Infra-estrutura à Codevasf para "impulsionar

politicamente uma proposta técnica muito bem elaborada".

Durante os debates intervieram os senadores Beni Veras (PSDB-CE), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Wilson Kleinübing (PFL-SC). O senador catarinense comentou que, diante da importância social e econômica do projeto, ele se posicionaria como defensor da idéia, para vencer possíveis resistências no Sul do país.

Anistia para sindicalistas é aprovada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem em segundo turno projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que anistia trabalhadores e dirigentes ou representantes sindicais punidos por participação em greves. Também foi aprovado em segundo turno outro projeto de Dutra, que anistia de multas os sindicatos dos petroleiros, em consequência da greve do ano passado.



José Dutra

Os projetos foram aprovados na forma de substitutivos apresentados pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Se não houver recursos para apreciação pelo plenário do Senado, as duas proposições irão imediatamente ao exame da Câmara.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou ainda as seguintes matérias: texto do protocolo de Ouro Preto, sobre a estrutura institucional do Mercosul; projeto que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em caso de ilegitimidade; e projeto que estabelece normas para o aproveitamento econômico dos manguezais.

Senado autoriza União a assumir dívida gaúcha

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara que autoriza a União a assumir as obrigações decorrentes dos contratos firmados pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul, com bancos estrangeiros. A União foi autorizada também a assumir as obrigações decorrentes dos contratos comerciais cujos recursos, bens e serviços destinam-se ao Projeto de Construção da Usina Termoelétrica de Candiota III - Unidade I.

Comissão de Orçamento aprova R\$ 2,6 bi para Telebrás

A Comissão de Orçamento aprovou ontem substitutivo que concede crédito especial de R\$ 2,6 bilhões para os projetos de expansão e modernização do sistema telefônico e de implantação de telefonia celular, conduzidos pelo Sistema Telebrás através de suas diversas empresas.

O mesmo projeto de lei destina R\$ 71,93 milhões para



Calcheiros

Eletronorte, Furnas, Rede Ferroviária Federal, Datamec, Banco Meridional e Companhia Vale do Rio Doce.

Também na reunião de ontem, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a Comissão de Orçamento aprovou outros quatro projetos de lei autorizando o Executivo a abrir créditos ao Orçamento Fiscal em favor de ministérios.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Preside reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado.

15h - Recebe o deputado Adão Preto e o líder dos Sem-Terra, José Rainha.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 129/93, que institui o piso salarial, dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, e determina outras providências (em discussão e em regime de urgência); e *PLC nº 23/93, que dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valores concedidos por agências governamentais aos beneficiários de bolsas de estudo ou auxílio no exterior (em discussão) (em virtude de adiamento).

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Projeto de Resolução nº 66/95, que altera o Regimento Interno do Senado Federal. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Projetos de Decreto Legislativo concedendo permissões e renovações para exploração de rádio e TV. Local: Sala de reuniões Senador João Calmon (15)

- Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação das mensagens presidenciais indicando o ex-presidente da República Itamar Franco, indicado para embaixador do Brasil junto à OEA, de Fernando Pedreira, para embaixador junto à Unesco, e Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, para embaixador junto ao governo de São Vicente e Granadinas.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.182/95, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que trata a Lei nº 6.024/74, e o Decreto-lei nº 2.321/87, sobre a indisponibilidade de seus bens, sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321/87, e dá outras providências. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Votação de créditos adicionais. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 45/94 (não terminativo), que dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente e representante sindical. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Itamar será sabatinado hoje

O ex-presidente Itamar Franco, indicado para o cargo de embaixador-chefe da missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Wahington, será sabatinado hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Na mesma reunião, marcada para as 10h, também serão apreciadas as indicações de mais dois embaixadores.

Suassuna pede votação sobre Vale

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) conclamou ontem todos os senadores a apoiarem, na sessão de hoje o requerimento de inserção em pauta do projeto que confere ao Legislativo a decisão sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

No seu entender, o processo de venda da empresa deve ser acompanhado com o máximo de atenção pelo Parlamento, em vista da magnitude da operação. Suassuna manifestou-se favorável à privatização.

Marluce: Lei protege os farmacêuticos

A lei que regula o controle do comércio de medicamentos, de 1973, ao exigir a presença de farmacêuticos em drogarias, farmácias e ervanários, na verdade impõe uma reserva de mercado inaceitável. Além disso, como o número de profissionais é menor que o de estabelecimentos, a própria lei abre espaço para seu descumprimento, gerando o "aluguel de nome".

Estes foram os principais argumentos reiterados ontem pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) em defesa do projeto de sua autoria que mantém a exigência de profissionais de nível superior apenas nas farmácias, e não mais em drogarias e ervanários.

O CASO SIVAM

Tuma aponta prejuízo com fim do "grampo"

O senador Romeu Tuma (SP) advertiu ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que a determinação do ministro da Justiça, Nelson Jobim, no sentido de suspender todas as investigações policiais por escuta telefônica pode causar sérios prejuízos à sociedade. Ele acredita que praticamente 100% desses casos de escuta em andamento, com autorização judicial, estão relacionados com o crime organizado de tráfico de drogas.

A portaria que suspende os grampos, no entanto, poderá ser questionada pelo Judiciário, segundo o jurista José Augusto Delgado, indicado

para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Delgado manifestou essa opinião, em resposta a pergunta a ele dirigida por Romeu Tuma, no momento em que era sabatinado pela comissão.

Além de Delgado, a Comissão de Justiça, presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), aprovou também, após sabatina, as indicações de Ríder Nogueira de Brito e de José Luciano de Castilho Pereira, para os cargos de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As indicações aprovadas serão submetidas ainda a decisão do plenário do Senado.

Valadares acha que Chelotti sabe muito

O diretor da Polícia Federal, Vicente Chelotti, deve saber de "alguma coisa preciosa" e, por isso, não foi demitido, mesmo depois dos pedidos de demissão do ministro da Aeronáutica, do chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto e do presidente do Inbra. A afirmação foi feita ontem em plenário pelo senador Antonio



Valadares

Carlos Valadares (PSB-SE), ao comentar o caso Sivam.

Depois de destacar que considera o presidente Fernando Henrique Cardoso "um homem sério", Valadares sugeriu que, se os senadores e os deputados quiserem investigar o caso Sivam, o presidente não deve criar obstáculos.

Marina: Demissão prejudica reforma

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou sua "tristeza" pela modo como o ex-presidente do Inbra Francisco Graziano "pode ter sido envolvido em uma mobilização que o enfraqueceu até ser afastado do cargo, pela sua atuação à frente da reforma agrária".

O trabalho de Graziano nos assentamentos dos sem-terra foi elogiado mais uma



Marina Silva

vez por Marina, que lamentou a ausência de uma pessoa comprometida "de maneira tão determinada" com a reforma.

Na sua opinião, se o presidente da República quiser continuar a reforma agrária da maneira como vinha sido conduzida, "deve achar alguém à altura de Francisco Graziano" para executá-la.

ACM recebe documento confidencial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou ao plenário que recebeu do presidente da República uma carta confidencial enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), sobre o projeto Sivam.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, ao remeter o documento para a comissão incumbida de analisar o caso Sivam, o presidente demonstrou não querer que nada que esteja relacionado com o Sivam seja confidencial.

Quanto ao teor do documento, ACM informou que divulgará na reunião conjunta das comissões.

Amorim: Projeto salvaria Raytheon

A insistência do governo federal em levar adiante o projeto Sivam foi atribuída pelo senador Ernandes Amorim (RO) a um compromisso que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria com o governo dos Estados Unidos.

O parlamentar afirma que Cardoso ficou de comprar os serviços da empresa americana Raytheon, que, segundo disse, "gera 20 mil empregos naquele país e está à beira da falência". Amorim diz que, se é para comprar produtos americanos, o Brasil deveria adquirir tratores e geradores de energia elétrica para serem usados na Amazônia.

Benedita pede ação do governo contra violência



Benedita

O sucesso da *Caminhada pela Paz*, promovida anteriormente no Rio de Janeiro, pelo movimento *Re-age, Rio*, foi uma demonstra-

ção de amor à cidade e o testemunho da aliança contra a violência feita pela sociedade. A opinião é da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que solicitou providências que assegurem renda, emprego, educação, moradia, saneamento, transporte e lazer à população de baixa renda, além de uma profunda reforma ética e material das polícias, como resposta à exigência popular. Para Benedita, "o importante é que a sociedade acordou e decidiu enfrentar a violência e conquistar a paz".

Júlio Campos lamenta morte de ex-prefeito

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou o falecimento em Brasília do engenheiro agrônomo Hélio Palma de Arruda, que foi prefeito de Cuiabá entre 1959 e 1961. Afirmando que Arruda deu dignidade a todos os cargos por que passou, Campos lembrou que o ex-prefeito foi também presidente do Incra, presidente do Banco da Amazônia, Secretário de Educação e Cultura e Chefe da Casa Civil de Mato Grosso. Júlio Campos expressou seu pesar e estendeu seus pésames não só à família, mas a todo o povo cuiabano.

Osmar denuncia "escândalo" na venda da Copel

Prejuízo para o estado do Paraná pode passar de R\$ 1 bi, alerta senador

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou que se a Assembleia Legislativa do Paraná autorizar a venda de 40% das ações da Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade), o negócio resultará em prejuízo de R\$ 1,1 bilhão para o estado.

Segundo Osmar Dias, que relatou o caso com base em artigo de Sebastião Nery, publicado ontem pelo *Jornal de Brasília*, a operação está sendo conduzida pela empresa Inepar, de propriedade do tesoureiro-geral da campanha eleitoral do governador.

Osmar disse que o governo do Paraná fora autorizado a vender as ações por 90% de seu valor patrimonial. No entanto, projeto de um deputado estadual prevê a venda "pelo preço médio dos últimos 20 pregões".

Osmar diz que quando da primeira autorização legislativa, cada ação valia R\$ 17,00, corroídos para R\$ 6,00, pois a empresa não aumentou seu capital e não incorporou o patrimônio da Usina de Segredo. Pela proposta do deputado, as ações seriam vendidas hoje ao valor de R\$ 4.

Empréstimo para metrô de BH é aprovado

O Senado aprovou ontem em sessão extraordinária projeto que autoriza a União a contratar empréstimo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 99 milhões, para a conclusão das obras do metrô de Belo Horizonte.



Júnia

A relatora do projeto, senadora Júnia Marise (PDT-MG), agradeceu aos líderes pela agilidade na votação da matéria, ressaltando a grande expectativa do povo da capital mineira pelo fim da construção do metrô, que faz parte do catálogo das obras inacabadas visitadas por comissão do Senado.

Júnia também registrou a concessão do prêmio "Minas Ecologia", instituído pelo jornal *Estado de Minas*, ao prefeito de Itabira, Olímpio Pires Guerra, do PDT.

Nabor cobra do governo providências para o Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) leu em plenário mensagem do bispo de Rio Branco, dom Moacyr Grechi, ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre a necessidade de se concluírem as investigações para apurar irregula-



Nabor

ridades no governo de Orleir Cameli, pois o Acre está passando por uma grave crise social.

Nabor também pediu providências e foi apoiado pelos senadores Flaviano Melo (PMDB-AC), Romero Jucá (PFL-RR) e Romeu Tuma (SP).

Jucá repudia censura em TV

O senador Romero Jucá (PFL-RR) comunicou que está pedindo explicações ao Ministério das Comunicações e à TV Amazonas por censura a matéria paga do Sindicato dos Trabalhadores

em Educação de Roraima, que mostrava os deputados estaduais em uma festa promovida pelo governador no mesmo dia em que eles haviam votado contra uma gratificação para os professores.

Flaviano: de tão ruim, estrada premia repórter

A rodovia BR-364, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, está tão abandonada que uma equipe da TV Gazeta, do Acre - conforme comunicou ontem ao plenário o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) -, ganhou o Prêmio CNT de Jornalismo de 95 depois de conseguir fazer o percurso entre as duas cidades, mostrando como ela se encontra intransitável e como os vilarejos às suas margens estão isolados do resto do país.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Samey ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.